



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
 PRSTM/SECIN/COAVO/SEACO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018

1.0 - Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as instruções descritas no [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público \(MCASP\) - 7ª edição](#) (Portaria Conjunta das Secretarias do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) nº 2/2016 e Portaria da STN nº 840/2016), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), consoante a Portaria da STN nº 510/2016, os dispositivos constantes da [Lei nº 4.320/1964](#) e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis. As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*) foram utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União (JMU), abaixo relacionadas, e comporão o processo de Contas do Governo a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Unidades Gestoras		Localização
060001	STM	Brasília/DF
060002	8ª CJM	Belém/PA
060003	10ª CJM	Fortaleza/CE
060004	7ª CJM	Recife/PE
060005	6ª CJM	Salvador/BA
060006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007	9ª CJM	Campo Grande/MS
060017	5ª CJM	Curitiba/PR
060018	1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019	2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
060020	3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021	12ª CJM	Manaus/AM
060025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027	Setorial Contábil	Brasília/DF
060028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o terceiro trimestre de 2018.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e a mutação do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das unidades gestoras integrantes desta Justiça Especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF) e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

2.0 Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo PCASP que nortearam a elaboração das Notas Explicativas.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- créditos tributários;
- créditos não tributários;
- dívida ativa;
- transferências concedidas;
- empréstimos e financiamentos concedidos;
- adiantamentos e
- valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo de aquisição.

3.0 Composição dos Principais Itens das Demonstrações

3.1 Balanço Patrimonial

Nota 01 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 75.610 mil em 30/09/2018, refere-se aos valores disponíveis para transferências e liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 75.410 mil – e depósitos e cauções recebidos – R\$ 200 mil.

Tabela 01 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

	R\$ milhares		
	30/09/2018	31/12/2017	Varição
Limite de saque com vinculação de pagamento	75.410	51.148	24.262

Demais	200	243	(43)
Total	75.610	51.391	24.219

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Nota 02 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal (DIPES), por meio do Sistema de Recursos Humanos (SRH), utilizado na elaboração da folha de pagamento.

Tabela 02 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

R\$ milhares

	30/09/2018	31/12/2017	Varição
Adiantamentos concedidos a pessoal	10.622	5.084	5.538
- 13º salário	6.182	2.355	3.827
- 1/3 de férias	4.376	2.118	2.258
- Salários e ordenados	64	611	(547)
Suprimento de fundos	57	-	57
Total	10.679	5.084	5.595

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Nota 03 – Ativo Circulante – Estoques

Em 30/09/2018, a JMU possuía o montante de R\$ 777 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação.

As Unidades Gestoras da JMU, à exceção do Superior Tribunal Militar (STM) (UG 060001), não registram em estoque os itens de almoxarifado e material de consumo, tendo em vista sua baixa materialidade, quantidade e relevância, comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas diretamente em contas de Variação Patrimonial Diminutiva como consumo imediato. A movimentação do material em estoque no STM é realizada pelo método PEPS.

Nota 04 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 30/09/2018, foi registrado o valor de R\$ 336 mil referente às contribuições patronais antecipadas à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP-JUD), realizadas em 27/11/2013, bem como a respectiva atualização monetária, no valor de R\$ 115 mil. Trata-se de aporte inicial realizado pelos órgãos patrocinadores quando da criação da FUNPRESP-JUD, a título de contribuições futuras. Tais valores serão atualizados mensalmente pelo IPCA, devendo ser compensados a partir do ano subsequente ao ano em que o Plano atingir o Ponto de Equilíbrio Operacional.

Compõem, ainda, o saldo dos Demais Créditos, os valores referentes aos depósitos judiciais efetuados (R\$ 46 mil).

Tabela 03 – Demais créditos e valores a longo prazo – Composição

R\$ milhares

	30/09/2018	31/12/2017	Varição
Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp Jud	451	-	451
- Aporte inicial	336	-	336
- Correção monetária	115	-	115
Depósitos judiciais	46	46	-
Total	497	46	451

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Nota 05 – Ativo Não Circulante – Imobilizado

A avaliação e a mensuração do ativo imobilizado da JMU têm como base o valor de aquisição ou construção. A inclusão de eventuais gastos adicionais ou complementares não está sendo realizada, pois o Sistema de Controle Patrimonial (LICIMAP) não permite a alteração de valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil.

Em relação aos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010, não foram realizadas reavaliações e contabilizações dos ajustes ao valor de mercado. Em 2012, foi constituída uma Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial (COPAP), cujos processos de mensuração encontram-se pendentes de homologação, para posterior registro no LICIMAP e respectivos lançamentos contábeis.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do ativo imobilizado.

A depreciação é calculada pelo método linear (sistema de cotas constantes), e o prazo de vida útil e o valor residual foram estabelecidos de acordo com a seguinte tabela, padronizada pela Macrofunção SIAFI 02.03.30:

Tabela 04 – Tabela de Depreciação da JMU

Título	Vida útil (anos)	Valor residual (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hospitalares	15	20%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
Máquinas e Equipamentos Industriais	20	10%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	5	10%
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Filmotecas	5	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%

Título	Vida útil (anos)	Valor residual (%)
Obras de Arte e Peças para Exposição	0	0%
Veículos em Geral	15	10%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Nota 06 – Ativo Não Circulante – Bens móveis e depreciação

Em 30/09/2018, a JMU possuía o montante de R\$ 34,996 mil em bens móveis (R\$ 36.095 mil em 31/12/2017), sendo R\$ 56.659 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 54.929 mil em 31/12/2017), dos quais se deduz o valor de R\$ 21.663 mil relativo à depreciação acumulada (R\$ 18.833 mil em 31/12/2017).

O acréscimo de R\$ 1.730 mil no custo de aquisição de bens móveis refere-se à incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

Tabela 05 – Composição da Variação dos Bens Móveis

	R\$ milhares
	Acréscimo/(Decréscimo)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	83
Bens de Informática	2.899
Móveis e Utensílios	873
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	221
Veículos	(72)
Bens Móveis em Almoxarifado	(2.346)
Demais Bens Móveis	72
Total	1.730

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Nota 07 - Ativo Não Circulante – Bens imóveis e depreciação

Refere-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a realização das atividades da JMU, bem como imóveis funcionais para utilização por servidores e magistrados, compostos pelos seguintes itens:

Tabela 06 – Bens Imóveis - Composição

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Edifícios Registrados no SPIUNET	48.131	48.131	--
Imóveis Residenciais / Comerciais	33.841	34.054	(213)
Obras em Andamento	19.886	19.886	--
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1.443	1.443	--
Instalações	843	843	--
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	85	85	--
Subtotal	108.790	109.003	--
Depreciação Acumulada	(4.529)	(3.424)	(1.105)
Total	104.261	105.579	(1.318)

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela STN em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

No 1º trimestre de 2018, foi reconhecida a valorização de imóvel de uso especial no SPIUNet, decorrente de reavaliação para fins de alienação de imóvel funcional, no montante de R\$ 357 mil. A alienação desse imóvel foi realizada pelo valor de R\$ 570 mil, o que corresponde ao valor patrimonial acrescido da valorização. Dessa forma, restou a variação negativa de R\$ 213 mil na conta de Imóveis Residenciais/Comerciais, concernente ao valor inicial do imóvel.

Nota 08 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os softwares adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso, bem como aplicativos desenvolvidos internamente, para utilização do Órgão, conforme o Procedimento SIAFI 02.11.30 – Despesas com TI.

A amortização dos itens registrados no Ativo Intangível não está sendo registrada, em virtude da inviabilidade técnica do sistema de controle patrimonial existente no Órgão, o LICIMAP. Com o objetivo de sanar tal ressalva, a Secretaria de Controle Interno (SECIN) demandou à Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN) e à Diretoria de Administração (DIRAD) a aquisição ou desenvolvimento interno de um sistema de controle patrimonial que permita o controle, acompanhamento e mensuração dos valores dos bens intangíveis passíveis de amortização.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do GEAFIN, desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do intangível.

Tabela 07 – Ativo Intangível - Composição

	R\$ milhares		
	30/09/2018	31/12/2017	Varição
Softwares	5.222	5.159	63
- Softwares com vida útil definida	5.206	5.143	63
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	--
Marcas, direitos e patentes industriais	227	227	--
Total	5.449	5.386	63

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 09 – Passivo Circulante – Pessoal a pagar

Em 30/09/2018, a JMU possuía o montante de R\$ 25.754 mil em obrigações trabalhistas, referentes à provisão relativa ao duodécimo do décimo terceiro salário (R\$ 22.349 mil) e férias de servidores e magistrados (R\$ 3.405 mil). O Sistema de Administração de Pessoal utilizado pela JMU não está preparado para calcular as provisões da folha de pagamento, sendo sua mensuração e registro efetuados à base de 1/12 da estimativa anual da folha de pessoal do Órgão.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do GEAFIN, desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

Nota 10 – Passivo Circulante – Fornecedores e contas a pagar nacionais

Refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

Tabela 08 - Contas a Pagar Credores Nacionais

R\$ milhares

	30/09/2018	31/12/2017	Varição
Fornecedores a Pagar	130	75	55

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Nota 11 – Passivo Circulante – Valores Restituíveis

Em 30/09/2018, o valor de R\$ 380 mil refere-se às apropriações oriundas de retenção de valores devidos a fornecedores e prestadores de serviços, bem como a depósitos e a cauções retidos sobre fornecedores por questões contratuais.

Tabela 09 - Passivo Circulante – Demais obrigações a curto prazo – Valores Restituíveis

R\$ milhares

	30/06/2018	31/12/2017	Varição
Depósitos Retidos de Fornecedores	123	156	33
Depósitos e Cauções Recebidos	200	243	43
Outros	57	15	(42)
TOTAL	380	414	34

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Nota 12 – Passivo Não Circulante – Outras provisões

O saldo de R\$ 305.655 mil, em 30/09/2018, corresponde a provisões relacionadas às despesas com pessoal a seguir discriminadas, conforme informação oriunda da Diretoria de Pessoal. Não houve atualização do seu saldo:

Tabela 10 – Outras provisões - Composição

R\$ milhares

	30/09/2018	31/12/2017
VPI (13,23%)	219.879	219.879
Complemento PAE	27.403	27.369
VPNI – Quintos	25.622	22.635
Conversão Pecúnia – Licença Especial	20.610	19.183
URV (11,98%)	5.349	5.349
Concessão de Pensão	1.768	1.048
Conversão Pecúnia – Licença Prêmio	1.436	1.335
Outros Passivos	3.588	3.758
TOTAL	305.655	305.655

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Nota 13 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A JMU possuía, em 30/09/2018, resultados acumulados (déficit) no valor de R\$ 103.934 mil (déficit de R\$ 104.313 mil no exercício 2017). A variação positiva de R\$ 379 mil decorreu principalmente do reconhecimento, à conta

de ajustes de exercícios anteriores, do aporte inicial realizado pela JMU, quando da criação da FUNPRESP-JUD, a título de contribuições futuras dos patrocinadores, bem como da respectiva correção monetária, conforme descrito na Nota Explicativa nº 04.

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 14 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU no exercício de 2018, acumulado até o terceiro trimestre, foi de R\$ 4.365 mil, representando aumento de R\$ 7.726 mil (229,88%) em relação ao mesmo período de 2017 (déficit de R\$ 3.361 mil), conforme tabela a seguir:

Tabela 11 – Resultado Patrimonial

	R\$ milhares			
	3ºTrim/2018	3ºTrim/2017	Variação	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	746.424	705.871	40.553	5,75%
Variações Patrimoniais Diminutivas	742.059	709.232	32.827	4,63%
Resultado Patrimonial do Período	4.365	(3.361)	7.726	(229,88%)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Conforme demonstrado na tabela seguinte, os principais motivos para o aumento do resultado foram: nas Variações Patrimoniais Aumentativas, os acréscimos na exploração e venda de bens, serviços e direitos (R\$ 6.116 mil), transferências e delegações recebidas (R\$ 34.084 mil) e valorização e ganhos com ativos (R\$ 414 mil). Nas Variações Patrimoniais Diminutivas, os acréscimos nas despesas de pessoal e encargos (R\$ 4.803 mil), benefícios previdenciários e assistenciais (R\$ 13.750 mil), uso de bens, serviços e consumo de capital fixo (R\$ 4.837 mil) e transferências e delegações concedidas (R\$ 10.314 mil):

Tabela 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

	R\$ milhares		
Variações Patrimoniais Aumentativas	3ºTrim/2018	3ºTrim/2017	Variação
Transferências e delegações recebidas	738.553.884,66	704.470.142,92	34.083.741,74
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	6.207.958,70	91.890,86	6.116.067,84
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	421.781,96	7.376,00	414.405,96
Contribuições	810.681,93	819.463,62	-8.781,69
Outras variações patrimoniais aumentativas	414.347,58	481.622,41	-67.274,83
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	15.150,88	91,23	15.059,65
TOTAL	746.423.805,71	705.870.587,04	40.553.218,67
Variações Patrimoniais Diminutivas	3ºTrim/2018	3ºTrim/2017	Variação
Transferências e delegações concedidas	353.102.821,33	342.788.363,27	10.314.458,06
Pessoal e encargos	162.336.871,04	157.533.877,03	4.802.994,01
Benefícios previdenciários e assistenciais	166.466.109,98	152.715.945,63	13.750.164,35
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	58.742.304,46	53.904.936,13	4.837.368,33
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	674.048,86	1.545.623,26	-871.574,40
Tributárias	237.153,97	242.059,83	-4.905,86
Outras variações patrimoniais diminutivas	420.079,53	482.067,90	-61.988,37
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	78.977,59	18843,69	60.133,90
TOTAL	742.058.366,76	709.231.716,74	32.826.650,02
Resultado Patrimonial do Período	4.365.438,95	-3.361.129,70	7.726.568,65

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 15 - Variação Patrimonial Aumentativa – Contribuições

Refere-se às contribuições destinadas ao custeio de pensões militares, decorrentes de descontos mensais obrigatórios na folha de pagamento de militares cedidos à JMU, à alíquota de 7,5%. Essas contribuições são repassadas ao Ministério da Defesa, Órgão do Governo Federal responsável pela direção superior das Forças Armadas, não tendo impacto no resultado patrimonial da JMU.

Nota 16 – Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos**Tabela 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos**

	R\$ milhares		
	3º Trim./2018	3º Trim./2017	Varição
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.208	92	6.116

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Os valores relativos ao 3º trimestre de 2018 são oriundos, principalmente, das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário da JMU.

Nota 17 – Variação Patrimonial Aumentativa – Transferências e Delegações Recebidas**Tabela 14 – Transferências e Delegações Recebidas**

	R\$ milhares		
	3º Trim./2018	3º Trim./2017	Varição
Cota Recebida	382.645	363.516	19.129
Sub Repasse Recebido	349.974	340.184	9.790
Movimentações de VPA	4.100	63	4.037
Transf. Recebidas p/ Pagto de Restos a Pagar	1.777	56	1.721
Doações/Transferências Recebidas	56	651	(595)
Repasse Recebido	2	--	2
Total	738.554	704.470	34.084

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Os valores relativos à Cota Recebida são decorrentes das transferências financeiras realizadas pela STN para a JMU, para realização das suas atividades. Posteriormente, esses valores são objetos de transferências internas para as diversas Unidades Gestoras da JMU, classificados como Sub Repasse Recebido. Dessa forma, ocorre a duplicidade na informação, pois os valores recebidos como Sub Repasse estão contidos na Cota Recebida pelo Órgão. Os mesmos valores são descritos na Nota nº 23 – Transferência e Delegações Concedidas.

Os valores relativos a Movimentações de VPA referem-se a reclassificações de pagamentos entre notas de empenho de exercícios diferentes.

Nota 18 – Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2018, foi reconhecida a valorização de imóvel de uso especial no Spinet, decorrente de reavaliação para fins de alienação de imóvel funcional, no montante de R\$ 357 mil.

Foram auferidos, ainda, ganhos no valor de R\$ 50 mil relativos ao reconhecimento de ativos, em decorrência da incorporação de bens utilizados em reforma de apartamentos funcionais e de bens móveis doados pela Marinha do Brasil.

Nota 19 – Variação Patrimonial Aumentativa – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Referem-se a restituições e indenizações reconhecidas como receitas pela JMU, decorrentes de aplicação de multas, bem como valores devolvidos por servidores por motivos de cessão, redistribuição, alteração do período de férias, posse em cargo inacumulável, óbito, diárias não utilizadas etc.

Nota 20 – Variação Patrimonial Diminutiva – Pessoal e Encargos**Tabela 15 – Pessoal e Encargos Sociais**

	R\$ milhares		
	3º Trim./2018	3º Trim./2017	Varição
Remuneração a Pessoal	128.516	124.512	4.004
Encargos Patronais	21.230	20.612	618
Benefícios a Pessoal	12.129	12.404	(275)
Outras VPD – Pessoal e Encargos	462	6	456
TOTAL	162.337	157.534	4.803

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

O aumento das despesas de Remuneração a Pessoal, composta principalmente pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial, decorreu, principalmente, da implantação parcelada do Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário da União instituído pela [Lei nº 13.317/2016](#).

O referido aumento causa reflexo também nos benefícios de aposentadorias e reformas, conforme Nota 21 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos a que têm direito os servidores empossados até 2004.

Nota 21 – Variação Patrimonial Diminutiva – Benefícios Previdenciários e Assistenciais**Tabela 16 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

	R\$ milhares		
	3º Trim./2018	3º Trim./2017	Varição
Aposentadorias e Reformas	104.405	95.463	8.942
Pensões	61.906	57.012	4.894
Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	155	241	(86)
TOTAL	166.466	152.716	13.750

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 22 – Variação Patrimonial Diminutiva – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**Tabela 17 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

	R\$ milhares		
	3º Trim./2018	3º Trim./2017	Varição
Uso de material de consumo	2.275	1.965	310
Serviços	52.502	47.448	5.054
Depreciação	3.965	4.492	(527)
TOTAL	58.742	53.905	4.837

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Compreende as despesas com manutenção e operação da máquina pública realizadas para o funcionamento da JMU, tais como: serviços administrativos, vigilância, limpeza, água, energia elétrica, diárias, material de

consumo, passagens e despesas com hospedagens e locomoção, depreciação de bens móveis e imóveis etc.

Nota 23 – Variação Patrimonial Diminutiva – Transferências e Delegações Concedidas

Tabela 18 – Transferências e Delegações Concedidas

R\$ milhares			
	3º Trim./2018	3º Trim./2017	Variação
Sub Repasse Concedido	349.974	340,184	9.790
Transf. Concedidas p/ Pagto de Restos a Pagar	1.777	--	1.778
Movimento de Saldos Patrimoniais	863	1.089	(226)
Doações/Transferências Concedidas	72	466	(394)
Repasse Concedido	360	400	(40)
Outras Transferências e Doações Concedidas	56	649	(593)
Total	353.103	342.788	10.315

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 24 – Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

No exercício de 2018, foi realizada a alienação de um imóvel funcional pelo valor de R\$ 570 mil, relativo ao valor patrimonial acrescido da valorização descrita na Nota 18 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. Foram, ainda, realizadas baixas de bens patrimoniais no valor de R\$ 100 mil.

3.3 - Balanço Orçamentário

Nota 25 - Previsão Inicial e Dotação Inicial

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior Tribunal Militar da União apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União. Sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União, por meio de descentralização financeira proveniente de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional, fato que não é evidenciado no Balanço Orçamentário e, sim, no Balanço Financeiro.

Tabela 19 – Orçamento Aprovado – Composição

R\$ milhares			
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
Receitas Correntes	362	Despesas Correntes	540.919
Receita Patrimonial	129	Pessoal e Encargos Sociais	426.438
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	Juros e encargos da dívida	-
Receitas de Serviços	4	Outras Despesas Correntes	114.480
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	Despesas de Capital	9.132
Outras Receitas Correntes	229	Investimentos	9.132
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	Inversões Financeiras	-
Total das Receitas	362	Total das Despesas	550.051

Fonte: SIAFI 2018

Nota 26 – Receitas Orçamentárias – Previsão x Execução

A maior parte da arrecadação das receitas da JMU do exercício de 2018, até o presente momento, refere-se à arrecadação por meio de GRU de receitas do concurso público realizado pela JMU no exercício corrente.

Até o momento, a arrecadação com receita patrimonial com a exploração do patrimônio da JMU perfaz um total de 72 % em relação à previsão inicial.

Se comparado o terceiro trimestre do exercício de 2017 (216 mil) com o de 2018 (362 mil), constata-se que a previsão inicial de 2018 excede em mais de 59% a previsão inicial de 2017.

Tabela 20 – Previsão e Execução da Receita Orçamentária

R\$ milhares

Receita	3º Trimestre 2018			3º Trimestre 2017		
	Previsão Inicial	Receitas Realizadas	AV %	Previsão Inicial	Receitas Realizadas	AV%
Receitas Orçamentárias						
Receitas correntes	362	6.498	100%	216	557	100%
Receita Patrimonial	129	93	1%	74	89	16%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	93	1%	74	89	16%
Receitas de Serviços	4	6.114	94%	1	2	1%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	6.114	94%	1	2	1%
Outras Receitas Correntes	229	290	5%	141	466	83%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	290	5%	141	466	83%
Total das Receitas	362	6.498	100%	216	557	100%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 27 – Despesas Orçamentárias – Execução

A JMU, até o terceiro trimestre de 2018, empenhou R\$ 3.686 mil com despesas de capital e R\$ 368.894 mil com despesas correntes. Destas, 79% (290.945 mil) referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais e 21% (77.949 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades. Dasquelas, apenas 17% foram liquidadas, restando um saldo de R\$ 667 mil para ser comprometido com a formação ou a aquisição de um bem de capital.

No que se refere às despesas de capital, apenas 31% (3.686 mil) foram empenhadas, restando um saldo de 69% (8.246 mil) para ser comprometido com a formação ou aquisição de um bem de capital.

Das despesas correntes liquidadas, 99% (348.921 mil) foram pagas, enquanto que, das despesas de capital liquidadas, 100% foram pagas.

Se comparada a diferença da dotação atualizada total (R\$ 550.051 mil) ao saldo da dotação até o momento (177.471 mil), tem-se o valor de R\$ 372.580 mil (68%), que equivale ao valor executado pela JMU até o terceiro trimestre do exercício de 2018.

Tabela 21 – Execução da Despesa Orçamentária

R\$ milhares

Despesa	30/09/2018					
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Orçamentárias						
Despesas Correntes	540.919	538.119	368.894	348.921	348.770	169.225

Pessoal e Encargos Sociais	426.438	426.438	290.945	289.743	289.720	135.494
Outras Despesas Correntes	114.480	111.681	77.949	59.178	59.050	33.731
Despesas de Capital	9.132	11.932	3.686	814	814	8.246
Investimentos	9.132	11.932	3.686	814	814	8.246
Subtotal das Despesas	550.051	550.051	372.580	349.735	349.584	177.471
Total	550.051	550.051	372.580	349.735	349.584	177.471

Fonte: SIAFI 2018

Nota 28 – Execução dos Restos a Pagar - Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2017, 65% fazem referência a despesas com pessoal (23.017 mil), 31% relacionam-se a outras despesas correntes (10.967 mil) e 4% são relativos a despesas de capital com investimentos (1.411 mil).

Foram pagos até o terceiro trimestre do exercício vigente 30% (10.545 mil) referentes aos restos a pagar inscritos do exercício de 2017.

Até o momento, 48% (10.997 mil) dos restos a pagar não processados inscritos no grupo de despesa de pessoal e encargos sociais (23.017 mil) foram liquidados e pagos, restando um saldo de R\$ 13.881 mil a ser liquidado e pago até junho de 2019.

Tabela 22 - Restos a Pagar Não processados – Composição 3º Trimestre de 2018

R\$ milhares

Despesa	3º Trimestre de 2018					Saldo
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em Dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	
Despesas Correntes	788	33.984	17.827	9.439	792	16.154
Pessoal e Encargos Sociais	61	23.017	9.197	1.800	-	13.881
Outras Despesas Correntes	727	10.967	8.630	7.639	792	2.272
Despesas de Capital	34	1.411	1.127	1.106	31	286
Investimentos	34	1.411	1.127	1.106	31	286
Subtotal das Despesas	822	35.395	18.954	10.545	823	16.440
Total	822	35.395	18.954	10.545	823	16.440

Fonte: SIAFI 2018

Nota 29 – Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

No tocante aos restos a pagar processados inscritos em 2017 (124 mil), 88% fazem referência ao grupo de despesas - outras despesas correntes (109 mil) e 12%, ao grupo de despesas - pessoal e encargos sociais (15 mil).

Dos valores cancelados até o terceiro trimestre (20 mil), 50% referem-se a restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores.

Quanto aos valores pagos até o terceiro trimestre de restos a pagar processados, totalizando (84 mil), apenas 18%, ou seja, (15 mil), referem-se a pagamentos de restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores, o restante, (69 mil), decorre de pagamentos de restos a pagar processados inscritos em 2017.

Tabela 23 - Restos a Pagar processados – Composição Terceiro Trimestre 2018

Despesa	3º Trimestre 2018				
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
Despesas Orçamentárias					
Despesas Correntes	132	124	84	20	152
Pessoal e Encargos Sociais	-	15	-	-	15
Outras Despesas Correntes	132	109	84	20	137
Despesas De Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	132	124	84	20	152
Total	132	124	84	20	152

Fonte: SIAFI 2018

3.4 – Balanço Financeiro

Nota 30 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária

A descentralização de recursos financeiros ocorre através de cota transferida da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão Central de Programação Financeira da STN, para a Setorial Orçamentária e Financeira, que está localizada na Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) da JMU, que descentraliza os recursos financeiros, recebidos anteriormente sob a forma de cota da COFIN, às Unidades Gestoras executoras por meio de sub-repasse.

O grupo Transferências Financeiras Recebidas representa, no período analisado, 89% do total dos ingressos do Balanço Financeiro.

O valor da Cota Recebida da COFIN corresponde a R\$ 382.645 mil, sendo que, desse valor recebido, foi repassado às Unidades Gestoras pertencentes à JMU o valor de R\$ 349.974 mil, o qual representa aproximadamente 91% do valor da cota recebida da COFIN/STN.

Observa-se que o valor do sub-repasse recebido, de R\$ 349.974 mil, já está contabilizado dentro da cota recebida, fazendo com que ele seja duplicado quando extraído do Demonstrativo - Balanço Financeiro no SIAFIWEB. Esse valor, quando observado nos demonstrativos consolidados, é compensado pelas transferências financeiras concedidas.

O valor das transferências financeiras, descentralizadas da COFIN/STN para a JMU no terceiro trimestre de 2018, é maior em R\$ 19.130 mil se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 24 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária

	R\$ milhares		
	30/09/2018	30/09/2017	Varição
Resultantes da Execução Orçamentária	732.620	703.700	28.920
Cota Recebida	382.645	363.516	19.129
Repasse Recebido	1	0	1
Sub-repasse Recebido	349.974	340.184	9.790
Total	732.620	703.700	28.920

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 31 - Recebimentos Extraorçamentários

Dos recebimentos extraorçamentários que totalizam R\$ 29.259 mil, 81% referem-se à inscrição de restos a pagar não processados do exercício de 2017, 17%, à regularização de saldo invertido decorrente de procedimentos de reclassificação de pagamentos entre notas de empenhos de exercícios diferentes, classificados como

outros recebimentos extraorçamentários, e 2% referem-se à inscrição de restos a pagar processados, depósitos restituíveis e arrecadação de outra unidade, das quais a JMU é mera repassadora desses valores.

Tabela 25 - Recebimentos Extraorçamentários

R\$ milhares			
Recebimentos Extraorçamentários	30/09/2018	30/09/2017	Variação
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	151	69	82
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	23.845	18.907	4.938
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	301	208	93
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.962	819	4.143
Total	29.259	20.003	9.256

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 32 – Despesas Orçamentárias

Do total de Despesas Orçamentárias do terceiro trimestre de 2018, 81% são referentes às Despesas Ordinárias, que são de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, e que no caso da JMU, estão alocadas em gastos com despesas de pessoal, manutenção e investimentos; 19% representam despesas vinculadas, cuja aplicação depende de definição em lei, no caso em pauta, referem-se à seguridade social e a outras vinculações a órgãos e a programas.

As despesas ordinárias do terceiro trimestre do exercício vigente tiveram um aumento de R\$ 97.077 mil se comparadas as da mesma época do exercício anterior. Já as despesas vinculadas do terceiro trimestre do exercício financeiro de 2018 diminuíram em R\$ 80.192 mil se comparadas as do terceiro trimestre do exercício de 2017.

Tabela 26 – Despesas Orçamentárias

R\$ milhares				
Despesas orçamentárias	30/09/2018	AV%	30/09/2017	Variação
Ordinárias	302.330	81%	205.253	97.077
Vinculadas	70.250	19%	150.442	(80.192)
Seguridade social (Exceto RGPS)	62.563	17%	143.991	(81.428)
Outros recursos vinculados a Órgãos e Programas	7.687	2%	6.451	1.236
Total	372.580	100%	355.695	16.885

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 33 – Transferências Financeiras Concedidas

Das Transferências Financeiras Concedidas Resultantes da Execução Orçamentária da JMU, o valor de R\$ 349.974 mil corresponde à quantia descentralizada para as Unidades Gestoras da JMU.

Do valor de R\$ 360 mil de repasses concedidos, (350 mil) referem-se a valores repassados para UG 154040 - Fundação Universidade de Brasília mediante o Termo de Execução Descentralizada (TED) 01/2017 para o projeto de pesquisa e implementação estratégica baseada na gestão de processos.

Dentro do grupo Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária houve um acréscimo de R\$ 1.551 mil se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 27 – Transferências Financeiras Concedidas

R\$ milhares			
	30/09/2018	30/09/2017	Variação
Resultantes da Execução Orçamentária	350.334	340.584	9.750
Repasso Concedido	360	400	(40)
Sub-repasso Concedido	349.974	340.184	9.790
Independentes da Execução Orçamentária	2.640	1.089	1.551
Total	352.974	341.673	11.301

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

3.5 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Nota 34 – Fluxos de Caixa das Atividades das Operações – Receitas Derivadas e Originárias

No período em pauta a receita patrimonial é de 3 mil a maior em relação ao mesmo período de 2017, referente à Taxa de Uso de Imóvel.

As receitas derivadas e originárias têm sua maior representatividade financeira no grupo da Receita de Serviços, totalizando o valor de R\$ 6.144 mil, composto principalmente das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso de ingresso na JMU.

Tabela 28 – Receita Patrimonial e de Serviços – Variação 2018

R\$ milhares

Receitas Derivadas e Originárias	3º Trim/2018	3º Trim/2017	Variação
Receita Patrimonial	93	90	3
Receita de Serviços	6.144	2	6.142
Total	6.237	92	6.145

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 35 – Transferências Correntes Recebidas – Demais Recebimentos

A variação de R\$ 4.099 mil refere-se à regularização contábil orientada pela STN com o intuito de reclassificação das Transferências Recebidas para Execução Orçamentária Intra OFSS de exercícios financeiros distintos.

Tabela 29 – Transferências Correntes Recebidas – Variação 2018

R\$ milhares

Receitas Derivadas e Originárias	3º Trim/2018	3º Trim/2017	AH (%)
Demais Recebimentos	4.099	-	100%
Total	4.099	-	100%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 36 – Das Atividades de Investimento – Desembolsos

Nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento, ocorreu um aumento no desembolso de R\$ 1.104 mil até o terceiro trimestre de 2018, quando comparado ao terceiro trimestre de 2017, principalmente, pelos pagamentos efetuados com despesas de capital no grupo de Despesas - Investimentos - inscritas em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Tabela 30 – Aquisição de Ativo não Circulante – Variação 2018

R\$ milhares

Desembolsos	3º Trim/2018	3º Trim/2017	Variação
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.879	807	1.072
Outros Desembolsos de Investimentos	62	31	31
Total	1.942	838	1.104

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 37 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 24.218 mil, quando o mesmo período analisado de 2017 foi de R\$ 12.080 mil. Esse desempenho é resultante do aumento das Receitas de serviços, conforme Nota nº 01.

BOLÍVAR ALVES DOS SANTOS

Analista Judiciário

PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA

Supervisor SEACO, em exercício

1. De acordo.
2. À consideração Superior.

DALILA MELO

Coordenadora da COAVO, em exercício

1. De acordo.
2. Encaminhe-se à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.
3. Publique-se no portal da transparência do STM/JMU.

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA

Secretário de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 23/10/2018, às 03:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DALILA MELO, COORDENADOR(A) DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO, em exercício**, em 23/10/2018, às 07:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BOLIVAR ALVES DOS SANTOS, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 23/10/2018, às 14:15 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA, SUPERVISOR(A) DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL, em exercício**, em 23/10/2018, às 14:17 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1206199** e o código CRC **7E964B38**.

1206199v113

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF